

John R. Talbott

OBAMANOMICS

PROPOSTAS
PARA UMA NOVA
PROSPERIDADE
ECONÓMICA

LISBOA:
TINTA-DA-CHINA
MMVIII

© 2008, John R. Talbott
Edições tinta-da-china, Lda.
Rua João de Freitas Branco, 35A
1500-627 Lisboa
Tels.: 21 726 90 28/9 | Fax: 21 726 90 30
E-mail: info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

Título original: *Obamanomics. How bottom-up prosperity
will replace trickle-down economics*

Autor: John R. Talbott

Tradução: Jorge Palinhos, Ângela António,
Margarida Malcato

Revisão: Tinta-da-china

Composição: Vera Tavares

Fotografia da capa: Jason Reed / Reuters

1.^a edição: Outubro de 2008

2.^a edição: Fevereiro de 2009

ISBN: 978-972-8955-78-6

Depósito Legal n.º282563/08

Se vivêssemos num estado onde a virtude desse lucro, então o bom senso far-nos-ia bons e a ganância tornar-nos-ia santos. E viveríamos como animais ou anjos numa terra feliz, sem necessidade de heróis. Mas, como na verdade constatamos que a avareza, a raiva, a inveja, o orgulho, a preguiça, a luxúria e a estupidez garantem maior proveito do que a humildade, a castidade, a coragem, a justiça e a prudência, e que é preciso escolher entre elas para podermos ser sequer humanos... Por essa razão talvez seja preferível resguardarmo-nos um pouco — ainda que arrisquemos ser heróis.

SIR THOMAS MORE, no filme *A Man for All Seasons*

Poucos terão magnanimidade para mudar a própria história, mas cada um de nós pode lutar para transformar uma pequena parte dos acontecimentos, sendo que é a totalidade de todos esses actos que irá escrever a história desta geração... É a partir de variados e incontáveis actos de coragem e fé que é escrita a história da humanidade. E, de cada vez que um homem defende um ideal, ou tenta melhorar a vida de outros, ou combate a injustiça, esse homem gera uma pequena corrente de esperança, e todas estas correntes, cruzando-se entre si a partir de um milhão de diferentes centros de energia e audácia, geram uma torrente que pode derrubar as mais poderosas muralhas de opressão e de resistência.

ROBERT F. KENNEDY

Índice

PREFÁCIO II

INTRODUÇÃO 15

CAPÍTULO UM

Justiça Económica 35

CAPÍTULO DOIS

Oportunidades Económicas 63

CAPÍTULO TRÊS

A Crise Financeira Actual 87

CAPÍTULO QUATRO

O Maior Problema: o Lóbi Empresarial 119

CAPÍTULO CINCO

Globalização e Empregos 141

CAPÍTULO SEIS

Aquecimento Global e Política Energética 159

CAPÍTULO SETE

Saúde para Todos 183

CAPÍTULO OITO

O Envelhecimento da População 199

CAPÍTULO NOVE

Cooperação É a Palavra-chave 215

CAPÍTULO DEZ

Ética e Economia: Eu Olho pelo Meu Irmão 231

EPÍLOGO 245

NOTAS 251

PREFÁCIO

AO ESCREVER ESTE LIVRO, segui a filosofia praticada por Barack Obama, segundo a qual não há qualquer vantagem em atribuir culpas pelos nossos problemas actuais, uma vez que isso apenas provocará discussões e divergências entre nós. Todos sabemos em que pé estamos e não adianta tentar perceber como é que chegámos a esta situação. O que queremos agora são soluções.

Somos uma nação pacífica em guerra. Somos uma nação caridosa cujos cidadãos sofrem com as penhoras das suas casas e com os cuidados de saúde inoportáveis. Somos uma nação orgulhosa desprezada por todos os outros países do mundo. Somos um povo economicamente responsável cujo governo tem uma dívida de dez biliões de dólares e enfrenta uma grave crise imobiliária e financeira. Somos uma nação de leis que são escritas pelos interesses especiais das empresas. E somos uma nação alicerçada na igualdade, na liberdade, na justiça e em oportunidades para todos, que lentamente se converte numa sociedade de classes injusta, onde o sucesso na vida se deve mais à herança e à rede de relações do que ao esforço e mérito individuais.

Mesmo que os tempos pareçam adversos, os nossos problemas podem ser ultrapassados.

Eu acredito nisto porque creio que quase todos os nossos problemas resultam de alguns erros cruciais que o país cometeu, mas que podem ser corrigidos. Se corrigirmos estes erros cruciais, as soluções para os nossos maiores problemas tornar-se-ão evidentes e os meios práticos para os resolver tornar-se-ão alcançáveis.

Obama foi criticado durante a campanha eleitoral por passar muito tempo a falar de grandes princípios globais e por não apresentar propostas específicas. Em primeiro lugar, isto não é inteiramente verdade. Em segundo lugar, ele pode ter alguma razão. Julgo que Obama compreendeu que os nossos problemas não podem ser resolvidos, a menos que nos preocupemos com os princípios fundamentais. O país foi construído com base nesses princípios fundamentais e nós, aos poucos, fomos nos afastando deles.

Neste livro, não pretendo convencer ninguém acerca da fiabilidade ou seriedade de Barack Obama. Isso é algo que cada um de nós terá de decidir sozinho. Ao longo das páginas que se seguem, apresento as posições de Obama nas questões e problemas com que o país se defronta e explicito pormenorizadamente algumas das suas prescrições políticas. Mas eu não quis que este livro fosse apenas sobre política. Quis ir mais fundo e examinar os princípios fundamentais em que Obama acredita, compreendendo a sua lógica e estratégia inerentes. Há momentos em que discordo da sua abordagem e em que o indico. Também tentei proporcionar ao leitor uma melhor compreensão dos problemas intrínsecos com que Obama se irá defrontar. Recorrendo à minha experiência na área financeira, tentei dar ao leitor uma sólida compreensão da magnitude e abrangência desses problemas. Finalmente, abordo as medidas adicionais que Obama poderá implementar, no momento em que assumir funções, de modo a enfrentar com sucesso os muitos desafios que tem pela frente.

Não me teria lançado na escrita deste livro se não tivesse o apoio substancial de outras pessoas. Estou em dívida para com o meu primo Alex Talbott, que me escutou durante vários meses e ajudou a refinar os meus argumentos. O meu bom amigo George

Marshall lembrou-me constantemente que a ênfase deste livro não era a bolsa de valores ou os *hedge funds* ou os fundos de capital de risco, mas era sempre o bem-estar dos cidadãos. O meu editor, Dan Simon, da Seven Stories Press, merece um agradecimento por arriscar publicar um texto que editoras maiores, de grupos multinacionais, teriam considerado herético, visto que defende que é no poder, em Washington, dos interesses especiais das grandes empresas que está a raiz de quase todos os nossos problemas. Dan ajudou-me imenso na revisão do texto e deu grandes contributos para a sua legibilidade e para a coerência dos argumentos. Foi um prazer trabalhar com ele. Gostaria também de agradecer a Ruth Weiner, Crystal Yakacki, Theresa Noll e às restantes pessoas da Seven Stories Press pelo excelente trabalho que fizeram.

Espero que o leitor possa sentar-se e desfrutar do livro no espírito com que foi escrito: para ajudar todos os americanos a encontrarem uma forma de retomar o controlo do governo, começar a resolver os problemas que nos afectam e compreender melhor este miúdo magricela com um nome esquisito, que talvez seja o líder de que andávamos à procura.

JOHN R. TALBOTT
johntalbs@hotmail.com

CAPÍTULO TRÊS

A Crise Financeira Actual

É importante recordarmos que o nosso sistema de mercado livre não é resultado da lei natural nem da Providência Divina. Pelo contrário, o sistema surgiu de um processo doloroso de tentativas e erros, de uma série de escolhas difíceis entre a eficiência e a justiça, a estabilidade e a mudança. E embora os benefícios do sistema de mercado livre derivem maioritariamente dos esforços individuais de gerações de homens e mulheres em busca da sua própria visão de felicidade, em cada período de turbulência e transição económica, nós dependemos da acção do governo para lançar oportunidades, incentivar a competição e fazer o mercado funcionar melhor... E podemos orientar-nos pela máxima simples de Lincoln segundo o qual, no conjunto, através do governo, só poderemos fazer as coisas que não podemos fazer, ou pelo menos não podemos fazer tão bem, individualmente e em privado.¹

FOI COM ESTAS PALAVRAS que Obama revelou ao público o princípio da sua filosofia económica global. Obama compreende o poder que o mercado livre tem de criar emprego e incentivar a criatividade, mas também compreende que, se for deixado sozinho, sem a vigilância adequada do governo, o mercado oscila violentamente entre picos e quedas. Os intervenientes individuais da economia de mercado não podem fazer grande coisa para influenciar a estabilidade geral do sistema, mas os governos podem, e devem, agir para garantir que os nossos mercados financeiros se mantêm fortes e estáveis.

Escolha uma das seguintes hipóteses: a) a economia dos Estados Unidos é saudável e próspera, sofrendo apenas algumas adversidades; b) os Estados Unidos estão em recessão e a

atravessar um momento de crescimento negativo, que não deverá durar muito tempo; c) os Estados Unidos atravessam uma recessão profunda, que ameaça provocar uma crise geral; d) os Estados Unidos enfrentam a mais séria ameaça física ao seu sistema financeiro e à sua economia desde 1929.

A escolha irá determinar a forma como se encara a acção do governo nos incentivos à economia e no auxílio ao sistema financeiro. É impossível ter uma noção exacta do plano económico de Obama sem analisar primeiro a gravidade da actual crise. Passemos em revista, na primeira metade deste capítulo, as razões por que estamos nesta situação e, depois, analisemos os planos de Obama para a resolver. Em seguida, poderá concluir que: 1) o problema é muito mais grave do que nos tentam fazer crer e as perdas no final ascenderão a muitos biliões de dólares em todo o mundo; 2) ainda nem vamos a meio da desvalorização dos imóveis nacionais; 3) esta crise não aconteceu por acidente, sendo resultado directo da falta de regulação da área financeira que acontece quando Wall Street é a principal patrocinadora das campanhas dos nossos representantes eleitos; 4) vai ser necessária a sabedoria do presidente e do Congresso para nos livrarem do desastre financeiro sem causar uma recessão mundial profunda.

Em 2005, um jovem e ambicioso colaborador de um grande banco de investimento de Nova Iorque cometeu um erro ao introduzir dados no *software* de análise do crédito de risco da sua empresa. O programa tinha sido concebido para prever, com base em dados macroeconómicos, quais seriam os países do Terceiro Mundo que tinham maior risco de não pagar as suas dívidas. Mas, em vez de introduzir apenas os dados económicos dos países em vias de desenvolvimento, o jovem colaborador introduziu por engano os dados de todos os países do mundo, incluindo os mais

avanzados. E, para surpresa sua e da sua companhia, o sistema assinalou os Estados Unidos como sendo um dos países em maior risco de falência. Sem saber que os Estados Unidos não faziam parte dos países em vias de desenvolvimento, o *software* avaliou a sua dívida de 10 biliões de dólares em 72 por cento do seu PIB, o défice orçamental de 350 mil milhões de dólares e o seu défice comercial anual, que subiu de cem mil milhões para mais de 700 mil milhões de dólares nos últimos dez anos, concluindo que os Estados Unidos estavam em sério risco de não cumprir com as suas obrigações do Tesouro.

Esta informação de fundo é muito importante, pois revela um cenário mais exacto dos problemas económicos dos Estados Unidos, para além da mera desvalorização das casas. É óbvio que a desvalorização imobiliária a nível nacional foi o rastilho e a principal causa da actual crise financeira. Inicialmente apresentada como um problema do *subprime** limitado apenas a 1,3 biliões de dólares de hipotecas deste segmento concedidas a indivíduos com mau historial de crédito, rapidamente cresceu e passou a incluir os 500 mil milhões de dólares de hipotecas *prime*, conhecidas como empréstimos NINJA.

NINJA são as iniciais de «sem salário, sem emprego, sem aplicações» (*No Income, No Job, No Application*) e referem-se aos empréstimos que foram concedidos sem verificação do rendimento do indivíduo, pelo que este podia inventar o rendimento que lhe fosse mais conveniente. Mas a crise não ficou por aqui. Rapidamente se verificou que grande parte dos 4 biliões de CDO, obrigações de dívida colateralizadas (*collateralized debt obligations*) vivas,

* Tipo de crédito à habitação de alto risco destinado a uma fatia da população com rendimentos mais baixos e uma situação económica mais instável. (N. do t.)

muitas delas classificadas com um *rating* de crédito da AAA*, estavam em sério risco de não serem pagas. As CDO foram uma invenção de Wall Street e não são mais do que a fusão de hipotecas individuais para que sejam vendidas a fundos de pensões, municípios e governos estrangeiros.

Depois disto, verificou-se que havia 1,5 biliões de dólares em hipotecas de taxa ajustável que estavam prestes a sofrer um aumento das prestações em 2008 e 2009. E então tornou-se claro que as garantias dadas pelas companhias de seguros de hipotecas *monoline* não valiam mais do que o papel em que estavam escritas, pois as pequenas empresas de seguros *monoline*, fortemente alavancadas, afinal tinham garantido centenas de vezes o seu capital social em títulos de hipoteca. A Fannie Mae e a Freddie Mac**, entidades patrocinadas pelo governo que deveriam garantir a estabilidade dos mercados de hipotecas, acabaram elas próprias por ter perdas de crédito no seu portfólio de 5,2 biliões de dólares em empréstimos e garantias. Não estavam por isso em posição de estabilizar o mercado, visto que enfrentaram a crise alavancadas mais de 100 para 1 em relação ao seu capital social².

Quem achar que a actual crise financeira vai terminar rapidamente, precisa de verificar o valor dos bens que estão em risco. O valor de mercado de todas as propriedades residenciais nos Estados Unidos, em 2006, era de 24 biliões de dólares. São 24 biliões de dólares, com *B*. O correspondente a 24 milhões de milhões de dólares ou 24 milhões de sacos com um milhão de dólares cada um. O valor total das dívidas por hipoteca destas propriedades ul-

* Notação mais alta em termos de qualidades de risco de crédito. (N. do t.)

** Acrónimos de FNMA – *Federal National Mortgage Association* – e de FHLMC – *Federal Home Loan Mortgage Corporation* – as duas principais empresas privadas de crédito hipotecário norte-americanas, recentemente nacionalizadas pela administração Bush. (N. do t.)

trapassa os 12 biliões de dólares. Como termo de comparação, veja-se que o valor total de mercado de todas as empresas cotadas em bolsa nos Estados Unidos, em 2006, era de 15 biliões de dólares. Se, segundo a minha previsão, o preço dos imóveis baixar cerca de 30 por cento em todo o país em valores reais, isso implicará uma perda de 7,2 biliões de dólares em riqueza, aproximadamente metade do valor de todas as acções comuns na América e mais de metade de todo o PIB dos Estados Unidos. Importa ainda notar que, enquanto muitos defendem que a economia mundial irá impedir os Estados Unidos de entrarem numa recessão profunda, a economia da Índia tem um valor total de apenas 1,7 biliões de dólares e a China um valor de 3 biliões de dólares (aos níveis actuais de câmbio e não em paridade de poder de compra). Não só estas economias são demasiado pequenas para conseguirem salvar os Estados Unidos, como em grande parte as suas economias têm como principal motor as exportações para os EUA, pelo que irão sofrer tanto como nós.

Desde 2003 que prevejo o colapso do mercado imobiliário, altura em que publiquei o meu primeiro livro sobre o assunto³. No início de 2006 publiquei o segundo livro⁴ sobre o caos imobiliário e previ uma queda de cerca de 25 a 30 por cento no valor dos imóveis e um cenário ainda pior de desvalorização, entre 40 e 50 por cento, em algumas cidades da Califórnia e da Florida. Na altura, tendo em conta que o mercado dos imóveis habitacionais tinha subido de valor todos os anos nos últimos 50 anos, muitos consideraram estas previsões demasiado pessimistas. Agora, 18 meses passados de um ciclo de cinco a sete anos de queda do valor das propriedades, os preços das casas já baixaram 15 por cento em valores reais em todo o país. E algumas cidades, como Miami, São Francisco e Las Vegas, sofreram quedas de 25 por

cento ou mais. A questão que toda a gente se coloca é: já acabou? Infelizmente não.

À medida que o preço das casas cai, há cada vez mais americanos que devem mais dinheiro na hipoteca do que aquilo que as suas casas valem. Em tais circunstâncias, muitos americanos chegaram à conclusão de que faz mais sentido devolver as chaves da casa ao banco do que continuar a pagar o empréstimo. O número de penhoras hipotecárias está a subir, começando pelas casas que foram compradas na época dos preços altos no mercado habitacional de 2006 e 2007. Mas as que foram compradas em 2005, 2004 e anos precedentes também começarão a não ser pagas, até os preços atingirem um nível mais normal. É assustador que a maioria dos danos ocorridos até à data se deva principalmente a hipotecas de 2006 e 2007 que não estão a ser pagas. Se os preços regressarem aos níveis mais normais de 1997, haverá um grande número de americanos perante a ameaça de não conseguir cumprir as hipotecas das suas casas e as verem penhoradas. Algumas estimativas apontam para que até dez milhões de americanos possam perder as suas casas.

A razão por que podemos ter quase a certeza de que os preços irão continuar a descer é porque os preços nunca deveriam ter atingido os patamares que atingiram. Em todo o país os preços subiram do nível normal — duas vezes e meia o rendimento familiar — para um valor agressivo — quatro a cinco vezes o rendimento familiar. Em algumas cidades, como San Diego, no pico do mercado, uma habitação normal chegou a ser vendida por 11 vezes o rendimento médio familiar. A principal razão para estes preços exorbitantes era a facilidade do crédito. Por alguma razão, os bancos estavam dispostos a emprestar somas astronómicas de dinheiro a quem procurava casa. Os dois erros fundamentais que

os bancos fizeram foram: 1) não perceber que o incumprimento das hipotecas iria disparar se os preços das casas começassem a descer, e 2) a sua fórmula de empréstimo continha em si um erro fundamental. Em retrospectiva, o bom senso mostra-nos que num mercado em crescimento, um proprietário em dificuldades prefere vender a sua casa e ganhar um pequeno lucro do que falhar nos pagamentos ao banco. Mas tudo isso muda num mercado em crise, em que as casas desvalorizam. O proprietário deixa de ter motivação para vender a casa e sofrer perdas, pelo que prefere não cumprir o contrato de empréstimo e devolver a propriedade ao banco, fazendo disparar o número de penhoras numa situação de queda dos preços das casas.

Há ainda outro problema fundamental na forma como a maior parte dos bancos determina a quantidade de dinheiro que emprestará aos potenciais compradores. Os bancos calculam o montante a emprestar apenas com base no rendimento de um casal nesse ano, ignorando de todo o impacto no rendimento da família e no valor do colateral (a casa) dos valores futuros da inflação. Em períodos de forte inflação, como aconteceu na década de 70, a fórmula de cálculo simples, mas errada, do banco determinava que a instituição emprestasse menos do que foi pedido, restringindo os preços das casas. Durante os períodos de baixa inflação, como foram os últimos dez anos, a fórmula determina que o banco ofereça mais do que foi pedido, fazendo subir os preços das casas até um ponto em que o proprietário não tem qualquer possibilidade de pagar os empréstimos. A chave para compreender o fenómeno é perceber que, apesar das taxas de juro das hipotecas terem baixado de 15 por cento, na década de 70, para 4,5 por cento, em 2006, a taxa real de juros não mudou materialmente. É e sempre foi cerca de 2,5 a 3 por cento ao ano.

CAPÍTULO SEIS

Aquecimento Global e Política Energética

Quase todos os cientistas fora da Casa Branca acreditam que a mudança climática é real, é grave e é acelerada pela libertação contínua de dióxido de carbono. Se a perspectiva de derretimento das calotas de gelo, do aumento dos níveis dos oceanos, da mudança dos padrões climáticos, de furacões mais frequentes, de tornados mais violentos, de tempestades de areia intermináveis, da degradação das florestas, da morte dos recifes de coral e do aumento de doenças respiratórias e causadas por insectos — se tudo isto não constitui uma grave ameaça, não sei o que constituirá.¹

POSSIVELMENTE, NENHUM OUTRO acontecimento terá maior impacto no nosso crescimento a longo prazo do que o aquecimento global. Se o ignorarmos, as alterações nos padrões climáticos, as secas, a escassez de alimentos, as migrações em massa e os possíveis conflitos armados decorrentes poderão custar milhares de milhões de dólares. Se escolhermos abordar o assunto, mas não formos cuidadosos, poderemos matar a galinha dos ovos de ouro do desenvolvimento industrial e fazer com que o terceiro mundo fique na miséria durante décadas e décadas. O culpado do aquecimento, o dióxido de carbono, é também um dos subprodutos da industrialização. O desafio está em encontrar uma nova forma para lidar com o problema que não cause um prejuízo directo — menos aquecimento para menos desenvolvimento no mundo.

Obama deixou perfeitamente claro quem devia ser culpabilizado pelo facto de os Estados Unidos não terem desenvolvido um plano para lidar com o aquecimento global e a dependência

energética. Num discurso proferido em Outubro de 2007, em Portsmouth, New Hampshire, culpou o clima político de Washington e os interesses especiais que estão por detrás dele pelo que tem acontecido ao planeta:

... é também uma falha da nossa política que precede George W. Bush. Ouvimos promessas sobre a independência energética de cada um dos presidentes norte-americanos, desde Richard Nixon — Republicanos e Democratas. Ouvimos propostas para limitar a utilização de combustíveis fósseis em quase todos os discursos sobre o estado da nação desde o embargo do petróleo de 1973. Nessa altura importávamos cerca de um terço do nosso petróleo. Hoje importamos cerca de metade. Nessa altura, o aquecimento global era apenas uma teoria de alguns cientistas. Agora é um facto que ameaça a nossa existência. A verdade é que o nosso problema energético se transformou numa crise energética porque, independentemente das boas intenções de uma promessa — independentemente da sua audácia — todos acabam por ser vítimas da mesma política de Washington, que só se tornou mais dividida e desonesta, mais cobarde e calculista; mais influenciada pelos interesses poderosos que têm o maior envolvimento no *status quo*.²

O plano de Obama tem quatro partes e o seu objectivo a longo prazo é reduzir todas as emissões de carbono em 80 por cento até ao ano 2050³. Obama irá: 1) introduzir um sistema de limitação e comércio baseado no mercado para limitar as emissões de carbono; 2) encorajar a utilização de energias alternativas e renováveis; 3) enfatizar a conservação e melhorar a eficiência energética; 4) reafirmar a América como líder mundial nas negociações do

aquecimento global⁴. Olhemos com mais atenção para as propostas de Obama para cada área.

I. INTRODUZIR UM SISTEMA *CAP AND TRADE* PARA LIMITAR AS EMISSÕES DE CARBONO

Obama pretende introduzir um sistema *cap and trade* semelhante ao que está actualmente a ser utilizado na Europa. Com efeito, as empresas negociam o direito de poluir cada tonelada de emissões de CO₂ que criam. Isto faz recair o verdadeiro custo de produção de CO₂ sobre as fontes emissoras, mas em vez de as obrigar a parar, permite-lhes comprarem o direito de poluir, assegurando que é seguido o caminho menos dispendioso para a redução da emissão de CO₂. Do plano de Obama para reduzir as emissões de carbono em 80 por cento até 2050, cito:

CAP AND TRADE: o sistema de *cap and trade* de Obama exigirá que todos os créditos de poluição sejam leiloados. Um leilão de 100 por cento assegura que todos os poluidores paguem por cada tonelada de emissões que produzem, em vez de atribuir estes direitos de emissão às empresas de carvão e petróleo.

COMBATER A DESFLORESTAÇÃO E PROMOVER A FIXAÇÃO DO CARBONO: Obama desenvolverá incentivos domésticos que compensem proprietários de florestas, agricultores e rancheiros quando plantam árvores, restauram pastagens ou utilizam práticas agrícolas que fixam o dióxido carbono a partir da atmosfera⁵.

O sistema *cap and trade* de Obama é uma abordagem do problema baseada no mercado⁶. Deveriam ser boas notícias. Um sistema de

limitação e comércio de emissões utiliza os preços do mercado e os conceitos de mercado, como a oferta e a procura, para alcançar reduções nas emissões de dióxido de carbono da forma mais eficaz possível do ponto de vista dos custos. Mas desengane-se, pois num sistema destes, que obriga os produtores a pagarem para poluir, é aumentado o custo da produção. Um economista diria provavelmente que apenas se transferiu o custo externo das temperaturas globais mais elevadas das mãos do planeta para as mãos do produtor. Isto é bom, porque ele pode agora tentar controlá-lo. Mas este sistema iria acrescentar aos produtores um custo directo de produção, e é natural supor que os produtores iriam tentar transferir estes custos acrescidos para os consumidores.

Muitos consideram esta nova imposição aos produtores como um novo imposto. Com o plano de Obama, os novos rendimentos governamentais conseguidos com a aplicação deste sistema iriam, em parte, ser utilizados para o encorajamento da eficiência energética e, assim, contribuiriam para a redução do aquecimento global; mas, sobretudo, a maioria dos rendimentos serviria para financiar o plano de saúde de Obama.

Há uma alternativa. Obama poderia utilizar um sistema *cap and trade*, mas, em vez de tirar as centenas de milhares de dólares de receitas como um imposto para subsidiar propostas da saúde, esse dinheiro poderia ser canalizado para a indústria. O sistema em causa serve, supostamente, para travar o aquecimento global e não para criar novas receitas de impostos em prol de outras políticas governamentais. Uma simples distribuição igualitária por todos os participantes da indústria serviria para tornar a emissão de carbono mais dispendiosa para o poluidor individual, sem que isso fizesse aumentar os custos da indústria em geral. Uma parte das receitas pode ser também usada para dar mais incentivos à

indústria, de modo que se aumente a energia, a eficiência e a conservação, conseguindo assim reduzir mais rapidamente a respectiva pegada de carbono. Quando o governo recolheu centenas de milhares de milhões de dólares da indústria tabaqueira, o dinheiro acabou por ser aplicado em passeios e estradas e no pagamento de salários governamentais mais elevados, destinando-se apenas uma pequena parte para os activistas das campanhas antitabaco, como estava previsto.

Os críticos da aplicação do sistema *cap and trade* para reduzir as emissões de carbono argumentaram que se trata apenas de um método para permitir que os poluidores paguem pelo direito de poluir. A um nível micro, ou seja, ao nível da empresa individual, isto é verdade. Mas no geral, por toda a sociedade, a quantidade total de emissões de dióxido de carbono irá diminuir exactamente na proporção dos direitos de poluição que foram vendidos. Se se pretender que as emissões de CO₂ diminuam em cerca de dez por cento num ano, basta emitir dez por cento menos de direitos de poluição. O verdadeiro custo para a indústria será determinado assim que estes direitos sejam licitados num leilão. E, porque o sistema é baseado no mercado, a redução será alcançada da forma mais eficaz possível do ponto de vista dos custos. Por outras palavras, está a dizer-se à indústria qual a quantidade de emissões de carbono que se pretende reduzir num ano, e o sistema *cap and trade* permite à indústria proceder às reduções menos dispendiosas primeiro.

Mas o sistema *cap and trade*, como todos os sistemas de mercado, tem as suas limitações. Os mercados não são necessariamente éticos. São eficientes. Suponhamos que, num sistema *cap and trade* global para a redução do carbono, os países em desenvolvimento, como o Brasil, são pagos para não abaterem a floresta tropical.